

Vicissitudes da memória: relatos, biografias e testemunhos de trabalhadores no regime militar no Brasil

MARTA CIOCCARI

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica - Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4385-2698>
marta.cioccari@gmail.com

Revisitando memórias de pesquisa

Ao revisitar meus próprios estudos etnográficos sobre a questão da memória e da biografia das classes trabalhadoras urbanas e rurais, me parece relevante destacar que, nos diferentes contextos em que pesquisei, entre trabalhadores em minas de carvão e camponeses perseguidos no regime militar no Brasil, alguns aspectos conceituais e metodológicos foram ganhando relevância e se desenhando de forma mais nítida anos mais tarde, à luz de obras inspiradoras. Neste artigo, procuro dialogar com uma literatura de referência em torno das memórias, biografias e histórias de vida, voltando meu olhar, na sequência, para os relatos de trabalhadores coletados em minhas pesquisas de campo.

Um dos aspectos cuja importância foi ficando cada vez mais nítida em minhas pesquisas nos anos recentes foi o do “pacto autobiográfico” estabelecido entre pesquisador e pesquisado. Na definição de Philippe Lejeune, pacto autobiográfico é “o engajamento de um autor em contar diretamente sua vida (uma parte ou um aspecto de sua vida) num espírito de verdade” (Lejeune, 2004). Assim, quando lemos uma autobiografia ou quando realizamos uma entrevista biográfica, ou seja, quando escavamos as memórias de nossos interlocutores e as nossas, nos sentimos conectados, nas palavras de Lejeune, a cada narrador, a cada interlocutor, que “solicita ser amado e ser julgado, e é a nós que toca fazê-lo” (Lejeune, 2004, p. 159).

Um pacto em torno da memória convoca assim, a todo instante, o pesquisador para que faça o mesmo nas relações que estabelece e em seus relatos, de forma recíproca, tal como sugere também Devereux (1980), ao ressaltar a existência da observação e da contraobservação que caracterizam toda interação antropológica em campo. Frequentemente o pesquisador é instigado e convocado a partilhar suas próprias experiências e perspectivas com o seu entrevistado, consistindo, por vezes, numa condição mesmo para que seja possível a construção de uma interação de confiança, de uma relação menos assimétrica.

Em pesquisas envolvendo memórias traumáticas, como as relacionadas a trabalhadores perseguidos, torturados, mortos e desaparecidos na ditadura militar no Brasil, pode-se considerar que o próprio pesquisador, ao escutar estes relatos, converte-se numa espécie de testemunha, no sentido que Jeanne Marie Gagnebin (apud. Capelato, 2008) conferiu ao termo, a propósito das narrativas de sobreviventes de campos de concentração. A autora propôs um alargamento do sentido, considerando como testemunha não apenas aquele que viu com seus próprios olhos determinado fato, mas contemplando também “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (Gagnebin *apud.* Capelato, 2008, p. 504). Nesta perspectiva, considero que a escuta destas memórias, assim como o trabalho de escrita, situa o próprio pesquisador na condição de testemunha, propiciando o compartilhamento e o revezamento das palavras, mas também das memórias vividas.

Outra dimensão que me parece essencial está relacionada ao contexto e às temporalidades envolvidas nas memórias individuais e coletivas. Como observado anteriormente (Carriço; Cioccar, 2019), investigações feitas por historiadores (por exemplo, Montenegro, 1992; Ferreira & Amado, 1998; Schmidt, 2000) e, em particular, os relacionadas à micro-história (Ginzburg, 1987; Levi, 2000), ao fazerem a “análise com lupa de fatos circunscritos”, adotaram uma atenção especial ao detalhe, às propriedades dos fenômenos individuais em relação às características dos conjuntos nos quais eles se inscrevem, fornecendo elementos de reflexão para as abordagens antropológicas, como observou o antropólogo Alban Bensa (1998), no artigo “Da micro-história à antropologia crítica”. Ele destacou que a antropologia contemporânea pode ser estimulada pela atenção que os micro-historiadores dão às noções de contexto, de temporalidade, de escala e de símbolo. “Essas questões, referentes ao método e à teoria, provocam necessariamente um recurso epistemológico em espiral, pelo qual se volta à mesma questão, mas tomando-a em outro nível ou sob outro ângulo” (Bensa, 1998).

Esses aspectos são particularmente relevantes para os pesquisadores voltados ao estudo de memórias, biografias ou trajetórias. As temporalidades vividas e as pensadas pelos sujeitos; assim como os eventos que contribuíram para a decisão do próprio narrador em tomar a palavra podem estar relacionados ao encontro com um pesquisador, a eventos econômicos, sociais e políticos, como um golpe de estado, podem envolver memórias traumáticas, como a prisão, a tortura e o exílio (como no caso das *Memórias* de Gregório Bezerra, 1979, 2011) a superação de uma enfermidade - casos de Don Taso (Mintz, 1960) e Juan Rojas (Nash, 2008), e também de Francisco Blaudes (2013), camponês brasileiro que se debruçou sobre as memórias do conflito ocorrido na fazenda Japuara, no nordeste do Brasil. Podem estar ligados ainda a uma conversão religiosa, a uma separação conjugal e familiar, a migrações (na abordagem de Sayad, 1998), entre outros fatores. Em geral, diversas razões se combinam.

Os estudos de Pollak (1989), envolvendo as “memórias subterrâneas” de deportados na Alemanha e na Áustria, nos fornecem algumas chaves de leitura para compreendermos as condições de produção destes discursos e acerca das marcas comuns a estas narrativas. Conforme o autor, “o silêncio tem razões bastante complexas”, pois, para poder contar seus sofrimentos, “uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta” (Pollak, 1989, p. 4). De acordo com o autor, nas lembranças há “zonas de sombra”, “silêncios”, “não-ditos”, de modo que as fronteiras entre esses silêncios e “não-ditos”, em relação ao esquecimento definitivo e ao reprimido inconsciente, não são estanques, mas ao contrário estão em perpétuo deslocamento (Pollak, 1989, p. 6). Considero que certas “zonas de sombra”, mais claramente manifestas nos primeiros encontros entre antropólogo e pesquisados podem, em alguns casos, revelar-se em nova configuração no encontro seguinte. Se o narrador vier a sentir-se em confiança, poderá recontar a sua experiência com mais riqueza de detalhes e com uma desenvoltura até então inexistente, retomando aspectos que, antes, só eram verbalizados de forma fragmentária ou hesitante. Não apenas o repetido contato com o pesquisador pode influenciar nesta mudança de postura, mas também o conhecimento de narrativas similares – escritas ou gravadas –, feitas por outras pessoas que passaram por traumas semelhantes.

No caso dos perseguidos políticos do regime militar brasileiro, outros fatores contribuem para que, nos últimos anos, esse silêncio esteja sendo rompido e para que haja certa profusão na divulgação das memórias em livros, filmes, exposições e debates. Deve-se considerar o interesse de amplas parcelas da sociedade em conhecer mais profundamente os fatos ocorridos neste período obscuro da história do país, desde o golpe militar de 1964, e, do ponto de vista do Estado, a disposição política não apenas no sentido de revelar, mas também de reparar essas graves violações de direitos humanos e de evitar que crimes contra a democracia e contra a humanidade voltem a ocorrer. Iniciativas importantes neste sentido foram, por exemplo, o Programa Direito à Memória e à Verdade e a atuação das comissões locais e setoriais e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), nos governos anteriores de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.¹

Para as famílias de perseguidos políticos, resgatar traços destas lembranças dolorosas significa atravessar a intimidação e o medo, que, muitas vezes, continua a assombrar. A dimensão individual e coletiva dos relatos de vida feitos por trabalhadores perseguidos e torturados pela repressão política reveste-se de especial significação numa investigação deste tipo. Aspectos como a imagem e a estima de si, o estigma ou o reconhecimento afloram de forma privilegiada no discurso sobre si e sobre os outros.

Em certos momentos de minhas investigações, encontrei sinais de “resiliência”, no sentido que Cyrulnik (2009) atribui a este termo, considerando que o relato não é uma volta ao passado, mas uma reconciliação com a própria história. Segundo o autor, “todo relato é um projeto de libertação”, pois o modo de narrar a própria história participa da estruturação dos sentimentos que cada um experimenta acerca do vivido (Cyrulnik, 2009, p.11 e 153). Nos relatos dos trabalhadores que serviram de base a esta pesquisa nota-se que certos detalhes de violências sofridas ou testemunhadas continuam a ser silenciados. Mesmo quando muitas coisas são relevadas, outras tantas continuam a ser caladas.

Sarti (2011) evidenciou como a noção de “vítima” assume um lugar central nas investigações sobre a ditadura militar brasileira, entre 1964-1985, e nas discussões travadas no âmbito dos Direitos

1 A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos buscou “reconhecer formalmente, caso a caso, a responsabilidade do Estado pela morte de opositores ao regime militar em decorrência da ação de seu aparelho repressivo, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais” (Cassel; Vannuchi, 2010, p. 9).

Humanos após a aprovação da Lei da Anistia de 1979. Como ressalta a autora, a identificação das vítimas de graves violações de direitos humanos é parte dos programas de reparação dos danos, aspecto relevante no resgate das memórias do regime militar no Brasil e nos demais países latino-americanos que enfrentaram ditaduras na segunda metade do século XX.

A noção contemporânea de vítima origina-se das políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerras (e, posteriormente, de regimes autoritários), em particular o holocausto, dentro da perspectiva de internacionalização da questão do combate à violência inscrita na categoria de “crimes contra a humanidade” pelos organismos internacionais (Sarti, 2011, p. 54-55). A noção de vítima configura um modo de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos. O conceito contemporâneo de vítima, conforme Sarti (a partir de Eliacheff & Larivière, 2007), adquire novo estatuto com a definição psiquiátrica da categoria do Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT). Essa categoria diagnóstica, resultante da orientação geral do DSM-III (a terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), publicado pela *American Psychiatric Association*, em 1980, é um dos suportes do tratamento das vítimas de violência na área da saúde mental e constitui-se em articulador ideológico da noção de vítima de violências.

Estudos da psicanalista francesa Françoise Sironi (1999) contribuem para revelar dimensões do sofrimento das vítimas de graves violações. A partir de investigações clínicas com sobreviventes de torturas, desenvolvidas na *Association pour les victimes de la répression en exil*; no Centre Primo Levi (Centro de cuidados para as vítimas de tortura e de violência política); e no Centre Georges Devereux, em Paris, a autora considera a tortura uma forma de aculturação, uma maneira de reduzir o indivíduo a um ser sem especificidade cultural, sem singularidade, uma tentativa de quebrar os laços que o ligam a uma organização, a um grupo. A função política e social da tortura seria, assim, mais fazer calar do que fazer falar. A obtenção de informações seria a finalidade aparente (e reivindicada pelos próprios torturadores); mas o objetivo final seria fazer calar suas vítimas. Ou seja, destruir a pessoa e, através dela, os grupos de pertencimento (políticos, associativos, religiosos, familiares, etc.). Ela constatou que a vítima da tortura turca ou chilena se parecia mais com uma vítima marroquina do que com seus compatriotas turcos ou chilenos. Isso porque as técnicas usadas pelos torturadores procuravam apagar todos os pontos de referência da vítima, quebrar os limites pelos quais uma identidade se constrói em sua relação com um grupo, com um coletivo.

No resgate de memórias de perseguidos do regime militar, nas investigações conduzidas tanto por estudos acadêmicos como nos relatórios das comissões pela memória e verdade que atuaram no Brasil, percorreu-se em certa medida o caminho inverso: buscou-se humanizar as vítimas, restabelecer suas peculiaridades e singularidades e reconstruir seus laços de pertencimento (profissionais, políticos, sindicais, religiosos, familiares, étnicos, raciais, de gênero, entre outros). Trata-se de uma tarefa de enorme amplitude e sempre incompleta em razão da complexidade do universo e da vastidão de atingidos na sociedade brasileira.

Aprendendo com os estudos biográficos e de histórias de vida

De forma mais vasta, nos estudos envolvendo relatos biográficos, autobiográficos, memórias e narrativas de trabalhadores, é importante considerar o significado – simbólico e político – que o ato

de “tomar a palavra” para falar de si e de seu mundo carrega para os integrantes das classes populares (Ciocari; Della Torre, 2013). Uma característica essencial da chamada “história de vida” é a possibilidade de apresentar os atores a partir de sua própria perspectiva, como destacou Becker (1993). Os estudos sobre biografias e autobiografias camponesas e operárias, além das próprias, têm atestado essa importância (como, por exemplo, em Burnett, Vincent & Mayall, 1984; Dreyfus, Penetier & Viet-Depaule, 1996; Hoggart, 1973; Leite Lopes, 1988, 1999, 2016; Guérios, 2011; Leite Lopes & Ciocari, 2013; Bezerra, 1979, 2011; Malva, 1978, 1985; Navel, 2004).

As investigações sobre biografias e histórias de vida se desenvolveram de modo mais expressivo a partir de meados do século XX, abordando tanto as singularidades das trajetórias individuais como a forma pela qual expressam pertencimentos sociais. Na década de 1970, deve-se destacar os trabalhos de Daniel Bertaux (1999, 2010), que propõe considerar as biografias “não como relatos de vida, mas como relatos de práticas”, entendendo que a interpretação deve se concentrar não sobre a vida como objeto do qual se procuraria extrair o sentido, mas “sobre as relações sociais e interpessoais” (apud Chevalier, 1979, p. 97-98). Assim, os relatos de vida, para além do caráter de “história pessoal”, descrevem um universo social, revelando uma interação entre o eu e o mundo (Bertaux, 1999, 2010). Mas essas histórias também revelam a especificidades dos sujeitos e dos múltiplos contextos nos quais eles estão inscritos, traduzindo o seu “direito à singularidade”, como definiu Verret (1996).

Considero, assim, que os relatos de interlocutores que apresento são, de certo modo, representativos do que ocorreu a muitos de sua geração, mas são, também, singulares, no sentido de que narram e representam à sua maneira fatos individuais e coletivos. Howard Becker é um dos autores a adotar a noção de “história de vida”, considerando que compartilha com a autobiografia “sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa e sua postura abertamente subjetiva” (1993, p. 102). Burnett, Vincent & Mayall (1984, p. xvii) ressaltam que “todas as autobiografias representam uma espécie de triunfo sobre a adversidade”: refletem e estimulam o crescimento da autorreflexão e do autorrespeito entre membros da classe trabalhadora.

Na conhecida crítica à “ilusão biográfica”, Bourdieu considerava ser mais adequado o conceito de trajetória, definindo-a como “uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço ele mesmo em devir e submisso a incessantes transformações” (Bourdieu, 1986, p. 72). A noção de trajetória refere-se, então, à atualização do *habitus* através das conjunturas que o sujeito atravessa. No entanto, a posição de Bourdieu em relação à questão biográfica toma outra conformação a partir de *A miséria do mundo* (1997). No projeto inicial, ele solicitou aos pesquisadores que selecionassem entrevistas com pessoas de classes populares na França em situação de sofrimento. Alguns já tinham realizado estudos biográficos com setores específicos das classes populares, tais como Abdelmalek Sayad, com imigrantes de origem argelina, e Michel Pialoux com operários da indústria automobilística das fábricas da Peugeot, em Sochaux. Ao longo de 51 capítulos de *A miséria do mundo*, 21 pesquisadores dão voz aos seus interlocutores.

Diversos estudos biográficos enfocaram o contexto da América Latina, como, por exemplo, a obra do antropólogo Oscar Lewis, *Los hijos de Sánchez* (1961), que aborda o cotidiano de uma família trabalhadora nos anos 1950, no México, explorando o modo pelo qual as histórias de vida e os dramas pessoais são narrados por cada um dos seus membros. Cada um dos relatos dos interlocutores expressa, de modo peculiar, as dificuldades de viver num bairro e numa cidade marcados pelas profundas trans-

formações sociais e econômicas por que passava o país naquele período. Na obra anterior, *Antropología de la pobreza* (1959), Lewis havia descrito um dia na vida de cinco famílias, considerando que cada família constituía um pequeno mundo, refletindo a seu modo algo da cultura mexicana que mudava e deveria ser lida sobre o pano de fundo da história recente do país. Os estudos de Lewis sobre autobiografia e biografia familiar inspiraram pesquisadores como Sidney Mintz e June Nash.

Em pesquisa com trabalhadores na cana-de-açúcar em Porto Rico, Mintz (1960) narra a história de Don Taso, que não era o “tipo padrão do operário porto-riquenho de classe pobre”. O autor não estava preocupado com um caso representativo ou típico daquele contexto (Mintz, 1960; 1984). Logo no começo da introdução de *Worker in the canne*, Mintz acentua: “Este livro é a história de um homem inteligente e sensível, que foi testemunha de grandes transformações em sua sociedade”. Don Taso tinha uma elocução fácil e falava sobre a política no bairro, sobre o sindicato dos trabalhadores na cana, o trabalho na cana e sobre a vida no vilarejo. Mintz e Taso trabalharam juntos por um longo período para escrever a história de vida, que se viria a ser, nas palavras de Mintz, uma “autobiografia fragmentária” e “inacabada”. Tomando a trajetória de seu interlocutor como “uma história dentro da história”, ele buscou reinserir as experiências pessoais de Taso no contexto das mudanças ocorridas em Porto Rico.

Por sua vez, June Nash fez um estudo biográfico de um mineiro de estanho boliviano, publicado em coautoria com ele (Nash e Rojas, 1976). A antropóloga norte-americana contou que, a partir da proposta metodológica desenvolvido por Oscar Lewis, adotou o método autobiográfico para analisar a consciência de classe, a ideologia e a vida cotidiana na comunidade mineira de Oruro, na Bolívia. Os mineiros de estanho bolivianos tinham a reputação de serem o mais revolucionário segmento da classe trabalhadora. Juan foi um dos seus primeiros entrevistados. Depois dos primeiros encontros, ele a convidou para conhecer sua família. Começou ali a amizade que se aprofundou com laços de compadrio. Um ano depois, em agosto de 1970, eles começaram a trabalhar na autobiografia. A empresa, Comibol, havia aposentado Juan por causa da doença profissional de silicose, que havia comprometido seus pulmões. Após as primeiras entrevistas, o próprio Juan passou a fazer anotações das suas memórias.

Por vezes, como destacou Bertaux (1999, p. 12), “o canal” ou o intermediário por meio do qual o pesquisador chega aos seus interlocutores pode orientar a perspectiva de uma narrativa. Isso ocorreu com Peneff (1979), que começou a pesquisar operários na França por intermédio dos sindicatos e percebeu que eles não falavam sobre a vida familiar. Havia uma espécie de “retenção do privado”, com relativo apagamento da vida individual e um lugar primordial conferido ao trabalho e às lutas sindicais. São também, muitas vezes, os intermediários que afixam ao entrevistado que o pesquisador, esse desconhecido, visto como intruso, é alguém em quem se pode confiar. Quando a casa, o lar, é o cenário das entrevistas, o pesquisador pode passar a conhecer – e a vivenciar – outras dimensões da vida privada e, eventualmente, tornando-se espectador também de conflitos familiares que não aparecem nos relatos.

Há uma transversalidade disciplinar que atravessa os estudos biográficos e de memórias como bem demonstraram as investigações sobre cultura popular conduzidos por Mikhail Bakhtin (1987, 1997), Peter Burke (2010) e Roberto Da Matta (1980). A partir dessas abordagens, pode-se considerar a construção das subjetividades, das identidades, dos valores e das reputações que resultam dos múltiplos pertencimentos e deslocamentos sociais e geográficos do indivíduo e dos grupos nas classes populares.

Ao pesquisar o cotidiano de classes populares em São Paulo a antropóloga Teresa Caldeira (2023) notou que, frequentemente, nos perguntamos por que alguém recusa dar uma entrevista, por que silencia, mas deveríamos nos perguntar também por que alguém aceita conceder uma entrevista. Segundo a autora, muitas vezes um interlocutor decide contar a sua vida a um pesquisador por que vê ali a possibilidade de se apresentar de uma maneira digna, de ressignificar a sua experiência e de afirmar sua identidade.

Narrativas de perseguidos políticos no regime militar

Nesta parte do artigo, revisito relatos obtidos em duas diferentes investigações realizadas por mim envolvendo memórias da repressão política no regime militar no Brasil. Em ambas, realizei estudos etnográficos e entrevistas em profundidade, com coleta de narrativas de vida, além de pesquisa bibliográfica e documental em arquivos públicos e privados. As categorias de trabalhadores de mineiros de carvão e de camponeses foram pesquisadas, respectivamente, em 2006-2007 e em 2010-2011. A primeira categoria foi tema de minhas pesquisas de mestrado e de doutorado (Cioccarri, 2004, 2010), nas quais abordei o cotidiano, a memória e a construção da honra numa comunidade de mineiros de carvão no Rio Grande do Sul. Desta forma, as entrevistas realizadas com o trabalhador mineiro Gerino Lucas, de Butiá (RS), inserem-se num estudo etnográfico mais vasto sobre os trabalhadores das minas daquela região.

Os dois sindicalistas rurais cujas trajetórias são narradas aqui foram ouvidos no âmbito de um projeto sobre a repressão no campo no regime militar, que envolveu pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, UFRJ, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).² Ao esmiuçar as narrativas destes trabalhadores, procuro fornecer elementos sobre as diferentes formas de violência perpetradas contra membros das classes populares no país neste período, observando as especificidades contidas nos seus relatos e nas suas trajetórias.

As narrativas evidenciam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora praticadas por latifundiários e seus capangas (neste sentido, ver Julião, 1962; Bezerra, 1979; Palmeira, 1979, Contag, 1980; MST, 1987; Cioccarri & Carneiro, 2010, 2012). Um panorama revelador aparece tanto nas entrevistas e relatos como por depoimentos fornecidos por interlocutores no âmbito do projeto “Memória Camponesa”, desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), Museu Nacional, UFRJ.³

Outros aspectos que merecem ser enfatizados são as formas pelas quais, em suas narrativas, estes trabalhadores reconstroem suas memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990) e, ao descreverem

2 Neste sentido, também o projeto Memória Camponesa e Cultura Popular, coordenado por Moacir Palmeira e por José Sergio Leite Lopes, envolvendo seminários organizados em vários estados do Brasil, entre 2004 e 2010, reuniu testemunhos raros de antigos sindicalistas e de militantes de movimentos sociais do campo.

3 Alguns elementos resultam de uma pesquisa coletiva que envolveu pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em parceria com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta pesquisa resultou na publicação do *Retrato da Repressão Política no Campo* e na coleção de biografias “Camponeses e o Regime Militar”.

seus percursos, as vicissitudes e tragédias que tiveram que enfrentar, refletem sobre sua própria identidade, recriando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis (Cyrulnik, 2009).

Como pano de fundo para as histórias registradas no meio rural, deve-se considerar que, muito antes do golpe militar de 1964, o campo já era marcado pela violência, que atravessou todo o processo de colonização do país. Como já registraram outros estudos, a violência privada sobre os trabalhadores rurais, antes e depois de 1964, envolvia desde assassinatos, espancamentos e prisões até outras mais sutis, cotidianas, que procuravam intimidar e minar a capacidade de resistência. Em algumas situações, tratava-se de agentes conhecidos, em outras, estes estavam cobertos pela impunidade. Em determinadas regiões, como na zona canavieira do Nordeste, isso era facilitado pela concepção vigente de que, sendo trabalhadores que usavam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho era a coação, a possibilidade constante do uso da força.⁴

De forma similar, a associação das companhias carboníferas no sul do país com as forças policiais é antiga e acompanhou os primórdios da mineração de carvão, na virada do século XIX para o século XX. Viveria, porém, um momento privilegiado nos governos militares, quando teve novo impulso a perseguição aos mineiros “comunistas”, “subversivos” e “agitadores”. Os documentos escasseiam neste período e a maior parte dos interlocutores, tendo aprendido a conviver com o medo, prefere silenciar sobre suas lembranças. Nos poucos relatos dos que ousam falar, fica claro o temor e a desesperança incutidos naquele período com as notícias de prisões dos companheiros, detidos por agentes da repressão com a participação ativa e conivente das empresas de mineração. Como símbolo de tal aliança, em novembro de 1964, a mineradora Copelmi – que ainda explora carvão na Região do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul – seria condecorada com o “Diploma de Reconhecimento por Serviços Relevante Prestados”, concedido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).⁵

Como ocorreu em outras categorias, houve uma significativa retração das mobilizações dos mineiros gaúchos durante os chamados “anos de chumbo”. Ainda assim, a categoria realizaria uma greve em outubro de 1964, que resultou no aviso prévio de demissão de um grupo de trabalhadores de uma mina pertencente ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), em Minas do Leão (RS). Pistas presentes nas fichas funcionais a que tive acesso na sede da Companhia Riograndense de Mineração (que sucedeu ao DACM) evidenciam que, para evitar as dispensas, os mineiros tiveram que alegar “arrependimento” por terem participado da mobilização. Em seus relatos, os operários referem-se à greve, mas parecem sentir-se constrangidos em explorar pormenores do acordo que teria evitado as demissões (Cioccarri, 2010).

Trancado na “Benedita”, o cárcere privado de uma usina

Meu primeiro contato com o líder camponês Marcos Martins da Silva foi a partir de seus depoimentos gravados no âmbito do projeto Memória Camponesa, disponíveis no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), no Museu Nacional. Aquele homem destemido – dono de uma voz aguda, com colorido sotaque pernambucano – sobreviveu a violências praticadas tanto por parte de agentes da

⁴ Ver o estudo *Violência no campo* (Contag, 1985, p. 8-9).

⁵ Tive acesso aos documentos abandonados pela companhia num velho depósito improvisado por uma historiadora local. Ali estava a carta da empresa à ADESG, de 16/12/1964, manifestando a gratidão pela honraria concedida.

repressão do Estado como por latifundiários. Quando o conheci, ele vivia num exílio voluntário no interior de Goiás, onde apenas os amigos mais próximos tinham acesso, preferindo resguardar-se de entrevistas e de exposição pública. Cheguei até ele com a mediação de amigos, de pessoas de sua confiança e, embora relutante a princípio, ele concordou em nos receber no sítio em que morava e em cujos caminhos nos perdemos algumas vezes. Ali, ao ouvi-lo, desde a primeira vez, foi possível entender a sua reclusão. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte.

Estive na casa de Marcos por duas vezes. Na primeira, em outubro de 2010, fizemos uma longa entrevista sobre sua trajetória como sindicalista e sobre as perseguições de latifundiários, agentes da repressão e pistoleiros. Voltei a visitá-lo em fevereiro de 2011, quando passou a detalhar outros aspectos da sua trajetória, falando de forma mais desenvolta sobre questões que, na entrevista anterior, eram expostas com alguma reticência. Na primeira vez, entreguei-lhe de presente um livro de memórias do líder camponês Manoel da Conceição, do Maranhão.⁶

No segundo encontro, Marcos demonstrou que havia lido a publicação e fez comentários sobre o fato de que aquele sindicalista, que ele não conhecia pessoalmente, havia “passado por coisas ainda mais terríveis” do que ele mesmo vivera. Como dito antes, o conhecimento sobre outras memórias traumáticas pode estimular um ex-perseguido político a compartilhar sua experiência, ao encontrar um eco para o que viveu. Abre-se, assim, uma nova possibilidade de representação acerca do sofrimento.

“Ou renuncia ao sindicato ou morre!” A frase dita por um policial à paisana em meio a uma sessão de espancamentos, em 1963, nunca saiu da cabeça de Marcos, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), um ano antes. Sua trajetória como sindicalista foi marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e por uma perseguição violenta tanto por parte dos senhores de engenho e seus pistoleiros como pela polícia – antes e durante o regime militar.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão – município que ficaria conhecido pela atuação das Ligas Camponesas nos anos 1950 –, Marcos começou a trabalhar aos sete anos de idade num engenho de açúcar em Pernambuco. Mesmo com as dificuldades para frequentar a escola, pôde aprender a ler e a escrever. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receberem o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Numa assembleia, defendeu a paralisação, recebendo o apoio da categoria. Se os patrões não pagassem, parariam tudo – “até o vento parava”, enfatizou.

Naqueles dias, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Quando Marcos falou do direito dos camponeses ao 13º salário, o assessor de um usineiro replicou: “Mania de comunista...” O sindicalista reagiu: “O senhor é doutor?”, perguntou. “Sou”, disse o outro. “Então, deve conhecer a legislação que diz que o trabalhador rural faz jus ao 13º salário”. Marcos denunciou que os trabalhadores rurais não tinham nem folha de pagamento, o que era mais uma irregularidade.

O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam trinta dias para fazer a folha de pagamento. O sindicalista percebeu que isso não ia entrar em ata. “Na assembleia, vou depor aos trabalhadores que não vai ter documento. Pode botar na ata que constou tudo o que foi acertado”. O acordo foi então assinado. Quando estava acabando o prazo, convocou outra assembleia para a deflagração da

6 Tratava-se da reedição das memórias de Manuel da Conceição, *Chão de minha utopia* (2010).

greve. Recordar-se de ter recebido então uma ameaça, que resumiu assim: “Se a greve for declarada, para os trabalhadores, bala. Pra mim, uma surra que não morro e não fico bom”. Ficou revoltado e quis saber se os senhores de engenho poderiam mandar esse recado também por escrito.

Pouco antes da decretação da greve, foi abordado em sua residência por soldados à paisana. “Seu Marcos, o coronel da Secretaria da Segurança Pública, convoca o senhor para um entendimento”. Contava-me que embarcou no jipe e logo ouviu a ameaça:

Policial - O senhor sabe pra onde está indo?

Marcos - O senhor disse que íamos para a secretaria!

Policial - O senhor não vai voltar mais...

O trajeto foi uma “guerra de nervos”. Aqueles homens queriam aterrorizá-lo. Mas ele ainda não conseguia pensar em coisa pior, pois considerava que o país estivesse vivendo numa democracia com o governo João Goulart. Essa sua primeira prisão ocorreu em 17 de janeiro de 1963. O sindicalista contou que, depois de sequestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: “Você vai renunciar ao sindicato: ou renuncia ou morre!”.

Depois dessa “sessão”, os homens pretendiam levá-lo a um canavial do engenho Espinho, mas se perderam em meio às plantações e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Nesta narrativa, ele revela uma forma pouco conhecida da violência praticada contra trabalhadores nas usinas: um cárcere privado.

Me botaram num quarto incomunicável. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ - um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um burquinho pra tomar fôlego. (...) Eles me dizendo: ‘No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata do Espinho...’

Era uma senha de que seria executado. O local ficava no arruado em que moravam os trabalhadores. O orifício desse cárcere estava voltado para a vila operária. Foi isso que salvou a sua vida. Daquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e lhe pediu socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que lhe trouxesse lápis para que pudesse escrever um bilhete para ser levado ao sindicato. A menina teve medo: “Se eu fizer isso, eles vão me matar...”. Mas entregou-lhe um lápis. O sindicalista escreveu uma única frase num papel de embrulho: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina disse que ia falar com sua mãe. Logo voltou correndo: “Mamãe arrumou um portador pra seu bilhete”. A mensagem foi levada ao sindicato. Ficou naquele cubículo por mais de 24 horas. Assim que recebeu o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército, conhecido dos trabalhadores. A denúncia foi feita: “Nosso companheiro foi sequestrado na usina Caxangá”.

Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a “Benedita”. Marcos foi libertado no Colégio Agrícola da localidade e, debilitado pelos espancamentos, levou duas horas para chegar à sua casa. Quando se recuperou, convocou outra assembleia e relatou: “Quiseram me matar para não

pagar o 13º salário!” Dizia que se morresse, o sindicato deveria continuar com a luta. Enquanto ele falava, os camponeses levantavam as foices ao ar e bradavam: “Eles têm bala, a gente tem foices!”

O segundo sequestro ocorreu já no regime militar, por volta de 1966. Nesta época, ele estava defendendo um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Em nossa entrevista, contava que solicitou a um dos diretores do sindicato, Zé Severino, que convocasse uma assembleia, aproveitando que o interventor estava fora. “No outro dia, o Zé Severino foi expulso do sindicato.... e eu, preso na Polícia Federal”. Ele guardava imagens nítidas do episódio. Estava em casa quando um jipe estacionou em frente. Um dos homens, à paisana, disse-lhe: “Seu Marcos, a gente estava passando por aqui e nos disseram que o senhor sabia onde era a sede do sindicato. Pode mostrar pra gente?”

Ele foi andando ao lado do carro. Mandaram que entrasse, pois iriam mais depressa. Assim que o fez, desviaram-se do caminho. Ainda tentou, a todo custo, protestar, mas foi calado com uma “gravatada na goela”, segundo contou. Um dos homens lhe disse: “A gente é polícia especial, o senhor está sendo levado para um depoimento”. Marcos reagiu: “Se é polícia especial e faz isso, imagina se não fosse!” Foi algemado e teve os olhos vendados. “Me vendaram os olhos com uma lona preta que parecia ter saído de um poleiro de galinha, de tão suja”. Depois de passarem por dois portões, entraram num compartimento e lhe indicaram uma cadeira. Só então lhe tiraram a venda dos olhos. Anos depois, identificou que era um túnel debaixo da estrada de ferro de Jaboaão.

Estavam todos sem farda, mas afirmaram ser ali um quartel. Naquele momento, a passagem do trem, fazendo o chão tremer, trouxe-lhe a percepção de estar junto a uma linha férrea. Começou a ser interrogado:

Agente - Você é comunista?

Marcos - Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou.

Lembrava-se da ordem do agente: “Você vai fazer a história do movimento sindical”. Soltaram a sua mão direita das algemas e lhe deram uma folha de papel e caneta. De novo, a ordem: “Vai escrever um histórico do movimento sindical, político e estudantil”. Com dificuldades na escrita, em função de sua precária escolaridade, Marcos limitou-se a escrever: “O sindicato é o departamento para defender os direitos dos trabalhadores”. Sobre o movimento estudantil, anotou que só tinha aprendido a assinar o próprio nome. E concluiu assim: “Político eu não sou. Só voto por dever de cidadão”.

Quando entregou o papel, com as notas curtas, o policial lhe disse: “O senhor não sabe escrever muito não! Eu o mandei chamar para muitos testes, mas achei que o senhor fala a verdade”. À meia noite, foi solto. Sua precária escolarização parece ter frustrado os agentes, que esperavam encontrar um “quadro” político mais bem-preparado.

Ele contou que sofreu a terceira série de perseguições já na década de 1980. Em 1980, o presidente do sindicato de Correntes tinha sido assassinado por pistoleiros.

A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco... Aí me afastei. Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer.

O chefe dos pistoleiros era José Mendes, um fazendeiro, dono de um açougue para lavagem de dinheiro. Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Chegou lá num domingo. Na segunda-feira “já havia gente no canavial à minha procura”. O pistoleiro encontrou com um conhecido dele e mandou-lhe um recado: “Ele pode se socar num buraco de tatu, que nós o acharemos”. Marcos convenceu-se de teria que ir embora da sua terra, pois não podia medir forças com pistoleiros. Ficou algum tempo trabalhando em Carpina, mas soube que lá também andaram à sua procura. Decidiu sair de Pernambuco, em 1981.

Passou então a viver no interior de Goiás, numa espécie de clandestinidade forçada. Se os maus-tratos lhe imprimiram sequelas no corpo, as perseguições parecem ter deixado profundas marcas emocionais. No entanto, ao decidir contar sua saga com tantos detalhes, Marcos já parecia ter saído parcialmente de seu isolamento. Sua história, ao ser narrada, aparecia inscrita no interior de um conjunto de memórias de líderes camponeses do mesmo período que resistiram a atrocidades.

Sindicalista ficou dez dias pendurado numa mangueira

Encontrei, pela primeira vez, Vicente Pompeu da Silva, ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (Fetraece) e militante do PCB, em setembro de 2010, na casa de um de seus filhos, em Fortaleza (CE). Com 85 anos na época, era desses homens cuja postura traduzia a dignidade e a fibra dos velhos militantes. Tinha estado à frente das mais importantes lutas dos trabalhadores rurais do estado e, por causa disso, foi preso várias vezes, torturado e, como disse, “seviciado” durante o regime militar.

Por ocasião de nosso segundo e último encontro, em fevereiro de 2011, passou a revisitar suas memórias e a revelar novos detalhes da sua trajetória. Neste momento, resumiu sua saga desta forma: “Eu fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda, pela reforma agrária. Por isso eles queriam consumir comigo, uma ignorância muito grande”. Contou sobre uma carta que havia enviado à então presidente Dilma Rousseff – a quem considerava “uma companheira”, “uma lutadora”, como ele -, pedindo que ela se empenhasse em promover a reforma agrária no país.

Quando nos despedimos, recebi de presente mangas, extraordinariamente doces, colhidas na propriedade dele e da esposa, e uma cópia do livreto de cordel sobre o PCB que ele havia escrito anos antes, quando fora candidato a deputado pelo partido. Aquele encontro também foi uma despedida. Cerca de um mês depois, recebi a notícia de sua morte, ocorrida em 25 de março de 2011.

Filho de camponês, Pompeu nasceu em Potengi (CE). “O pai tinha terra nas unhas, como eu”, contou, na entrevista. A família mudou-se para Iguatu quando ele tinha três anos. Com sete, o menino começou a trabalhar na roça. Um dia, apareceu o pretense dono da propriedade, um coronel da Aero-

náutica, declarando que aquela terra tinha sido vendida. Desde pequeno, conheceu essa situação vivida pelas famílias de posseiros.

Contou que permaneceu na escola só o suficiente para aprender a cartilha do ABC e as quatro operações, mas nunca abandonou a leitura. Ao longo da vida, foi lendo livros sobre a classe trabalhadora, sobre as revoluções socialistas e sobre religiões. Não fazia muito, parte de sua história de vida havia sido publicada em *Vozes silenciadas*, organizado por Papito de Oliveira. Desde a adolescência, Pompeu trabalhou na condição de meeiro numa propriedade. Entre 1954 e 1963, fundou com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, entidade depois transformada em sindicato, do qual ele foi o primeiro presidente, em 1962.

Fazendo palestras, ia aglutinando trabalhadores e difundindo a importância da organização. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará. Como disse, a palavra de ordem era a reforma agrária, “mesmo que não fosse radical, que fosse parcial, e para que os que trabalhassem para patrão tivessem a carteira assinada”. Mas defender os direitos dos camponeses já era, naquele contexto, uma “subversão”.

Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, fundada em 19 de setembro de 1963, quando foi preso em 03 de abril de 1964 – três dias após o golpe militar. Naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram”, disse. Um ano antes da tomada do poder pelos militares, o movimento sindical havia conseguido reunir cerca de 2 mil trabalhadores na região de Iguatu para a escolha dos cem delegados ao Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac), em Fortaleza. Durante a ditadura, no entanto, centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia.

Na primeira vez em que foi preso, Pompeu foi mantido incomunicável por 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores, onde se encontrou com figuras como os ex-delegados regionais do Trabalho Amadeu Arraes e Olavo Sampaio, e o advogado trabalhista e militante comunista Tarcísio Leitão, também presos. Notou que ali estavam detidos presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e professores. Relatou que, naqueles 45 dias em que ficou encarcerado, sua experiência como barbeiro ajudava os companheiros a manterem certa dignidade. Quando foi solto, continuaram as perseguições e as ameaças.

Numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos haviam sido criados. Saiu de madrugada da casa e conseguiu fugir. Quando a polícia apareceu, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. Apavorado, o morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca mais o vi”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial em tom de ameaça. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar o café da manhã. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou. Ao relatar esse episódio, Pompeu comentava: “Já pensou, rapaz?! Ele morreu por medo de morrer!”

No tom de estranheza do comentário ficava evidente o quanto era importante resistir, manter-se vivo. Quando voltou à liberdade, já não encontrou mais nada da sede da federação que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio simples, que também servia de escola para crianças, foi demolido nos primeiros dias do novo regime. Não ficou nenhum vestígio da construção.

Os documentos que estavam na entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele mesmo, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Os sindicatos ficaram longo tempo sob intervenção. Posteriormente, Pompeu foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas foi obrigado pela DRT a renunciar. Um interventor assumiu o comando do sindicato, e a sede, localizada na Granja Portugal, foi derrubada.⁷

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968, ficando cerca de seis meses em Moscou, onde fez cursos de formação política. Lá, Anita Leocádia Prestes, a filha de Luiz Carlos Prestes e de Olga Benário, foi sua tradutora. Ele chegou a aprender algumas palavras em russo: o suficiente para “pedir cerveja e ovos cozidos”, agradecer e, sobretudo, dizer “bom dia, camarada” e “boa noite, camarada”. “Tudo o que aprendi e sei de política devo ao partido”, contou. Revelou que convivia com um grupo de cerca de 30 brasileiros, usando codinome de “Cazuza”.⁸ Seu passaporte registrava que ele esteve em Portugal, na Suíça e na Itália, mas não na União Soviética. Contou que, ao passar por Roma, lembrou-se de comprar um retrato do Papa para trazer ao Brasil. Com os religiosos, no entanto, tinha lá as suas discordâncias. Recordava que, certa vez, um padre lhe perguntou: “Acredita em Deus?” Pompeu respondeu: “Rapaz, eu não. Eu nunca vi Deus. A minha religião é ‘amar uns aos outros’. Mas eu nunca vi Deus”.

Em seu retorno ao país, enfrentaria novamente tempos difíceis. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão. Era abril de 1974 quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de ser “comunista”. Dali em diante, viveria a mais dura experiência da sua vida. Lembrava-se de ter sido colocado num avião da Base Aérea, “alagado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. Depois de três horas de voo, o avião aterrisou no meio da mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Pelos ruídos do trânsito, perceberam que haviam chegado a uma cidade. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa pequena cela, no chão frio – “não tinha nada, muito menos colchão”.

Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório -, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

7 Relato ao jornalista Raimundo Madeira, de *O Povo*, em 2004.

8 Em conversa informal, em setembro de 2011, no lançamento da nova edição das *Memórias*, de Gregório Bezerra, no Rio de Janeiro, a historiadora Anita Leocádia Prestes me disse que se lembrava do período em que o líder camponês conhecido como “Cazuza” esteve em Moscou, mencionando que ele participou de cursos de formação política.

Depois de muito machucados, os prisioneiros eram pendurados em paus-de-arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Recordava que, numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou ali dependurado durante dez dias - quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo. “Amanhã é você”, diziam com sarcasmo. Quando parecia desmaiado, ouvia: “Mete o dedo no olho dele pra ver se ainda está vivo”. Com a sucessão de maus-tratos, quase 40 anos depois, considerava um milagre que ainda estivesse vivo: “Não sei como não morri, andei perto de morrer”, dizia. Nos interrogatórios, indagavam se ele era comunista e se planejava atividades armadas.

Agente - Senhor Pompeu, o senhor quer fazer a revolução a mão armada?

Pompeu - Não, nem sei usar espingarda.

Agente - Mas sabe onde estão as armas?

Pompeu - Sei. Estão nas mãos da polícia.

Pompeu acrescentava que as únicas armas que já tinha visto nas mãos de trabalhadores eram a enxada, a foice e o martelo. Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida.

Posteriormente, em segundas núpcias, Pompeu se casou com uma viúva que vivia em terras que eram alvo de conflito. Certa vez, o pretense proprietário enviou um pistoleiro para intimidá-los. Os vizinhos alertaram o desconhecido: “Cuidado, que o Pompeu é macumbeiro!”. Depois de ter enfrentado a ditadura, como comentou em nossa entrevista, não lhe parecia tão difícil assim enfrentar um pistoleiro. Pouco depois de ter se casado com a viúva, Pompeu entrou com uma ação de reintegração de posse e obteve a legalização da área. O grileiro recorreu da decisão, mas perdeu. A mulher de Pompeu, uma senhora de mais de 70 anos, morava lá desde os 11. Vicente Pompeu chegou a ser beneficiado com a Lei da Anistia, obtendo um reconhecimento político do Estado brasileiro pelas prisões, torturas e perseguições a que foi submetido. Naqueles dias em que nos encontramos pela última vez, em 2011, ele planejava distribuir entre os oito filhos a indenização que recebera.

Conduzido à prisão num carro da companhia de mineração

Encontrei pela primeira com o ex-mineiro Gerino Lucas, na época com 77 anos, numa cerimônia realizada no sindicato da categoria, em Butiá (RS), que teve a participação de trabalhadores, de sindicalistas e do advogado que os assessorava. Aquele homem grisalho, de tez morena, que arrastava um pouco uma perna e usava um boné vermelho com inscrições do sindicato, teve seu nome mencionado algumas vezes nos discursos. Era reverenciado por seu exemplo como um operário que honrava

o ofício, por sua coragem nos movimentos grevistas e citado ainda como o trabalhador que moveu o primeiro processo previdenciário da região.

Num intervalo da cerimônia, eu o procurei para falar de meu interesse em entrevistá-lo. Gerino já foi dizendo: “Eu vou te contar: a greve mais linda que eu fiz na vida...” E continuaria falando ali mesmo se não fôssemos interrompidos. Depois disso, estive duas vezes em sua casa, onde morava com a segunda esposa, duas das filhas e pelo menos sete netos, numa casa construída por ele – um de seus sonhos como trabalhador.

No começo de janeiro de 2007, sob um calor escaldante, fizemos a primeira de duas longas entrevistas, só interrompidas por mim quando ele dava mostras de cansaço. Ele mencionava, a propósito da política nacional, os “barbarismos de pessoas que se trocam” por dinheiro. Depois, começava por mencionar as suas “brigas” no interior da companhia - a Copelmi, que sucedeu o antigo Cadem.

Eu denunciava aquelas coisas mal-feitas. E eu dizia pros capatazes, aqueles que viviam sempre me prejudicando... a me prejudicar na minha produção, que eu era tarefeiro. E eu dizia pra eles: “Olha, vocês vão morar a vida inteira aí, num galinheiro desses que a companhia dá pra nós morar, agora, se Deus Nosso Senhor quiser, custe o que custar, eu vou fazer um barraquinho mais ou menos pra mim”. E aí eu consegui. Consegui, não pude melhorar mais porque [a companhia] sempre roubando, sempre roubando no nosso ordenado. Isso aí é um dos maiores banditismos que essa gente faz. Sô revoltado com isso aí!

Uma de suas revoltas era com a apropriação que a companhia carbonífera fazia do esforço dos trabalhadores, pagando menos do que o operário tinha direito por sua produção. Denunciar “as coisas malfeitas”, revidar pela palavra à perseguição dos capatazes que se aliavam à empresa contra o trabalhador era parte de suas lutas cotidianas.

Nascido em 1929 numa família de agricultores sem propriedades no interior do Rio Grande do Sul, Gerino empregou-se numa ferrovia e, na sequência, em minas de carvão. Contou que a mudança de vida foi motivada por uma praga de gafanhotos que atacou as plantações das quais a família tirava o sustento. No final dos anos 1940, foram morar em Arroio dos Ratos, a primeira cidade organizada em torno da mineração na região carbonífera do Baixo Jacuí (RS).

Trabalhando como ferroviário, Gerino dizia que não pretendia migrar para a mina – da mesma empresa -, pois considerava que “ir para baixo do chão” só “depois de morto”. Recordava-se que mudou de ideia ao comparar os ganhos das duas atividades. Logo nos primeiros tempos, empregado como ajudante de tocador de carro no subsolo, começou a “dobrar” fazendo duas jornadas diárias como forma de aumentar o ordenado. Volta e meia, envolvia-se em enfrentamentos – físicos inclusive – com as chefias para ter respeitados os seus direitos como trabalhador.

Depois, foi transferido para a mina da Copelmi no então distrito de Butiá, quando assumiu a função de furador ou patrão de galeria – atividade que o orgulhava devido ao seu domínio técnico para preparar os explosivos e para fazer a furação para retirada no mineral no subsolo. Logo nos primeiros anos em que estava na mina, Gerino aproximou-se do sindicato da categoria, apesar dos alertas dos colegas de que “aquilo era muito perigoso”, de que “o sindicato era lugar de comunistas”. A seu ver, era a companhia que transmitia essas ideias e que “ensinava tudo ao contrário para o operário vir sempre na

mão dela”. Contou que, certa vez, a polícia disparou contra os trabalhadores sob a alegação de que os comunistas haviam invadido a sede do sindicato.

Ele já ocupava a função de patrão de galeria na mina de Butiá quando comandou uma das principais greves da categoria no início dos anos 1960, que durou 45 dias. Cerca de 2 mil mineiros entraram em greve, mas o movimento parou também ferroviários e operários da usina termoeletrica, envolvendo cerca de 6 mil trabalhadores. Nessa ocasião, a categoria estava com dois salários em atraso, mais o 13º salário sem receber e pressionava por aumento salarial.

A própria deflagração da greve contou com a atuação de Gerino que, neste momento, mesmo não sendo diretor do sindicato, solicitou a realização de uma assembleia, conforme as instruções que recebera do seu partido, o PCB, no qual passara a militar clandestinamente nesta época. No relato do ex-mineiro, sobressai a estratégia adotada para aprovar a greve num ambiente de profunda insegurança dos trabalhadores. Por orientação do partido, ele, que conduziria a assembleia e depois seria o presidente da comissão de greve, distribuiu pela sala sua “turma de fé”, de forma que quando levantasse a voz para defender a greve, esses companheiros fariam eco às suas palavras. A estudada distribuição espacial dos militantes transmitia a impressão de que os trabalhadores dispostos a paralisar as atividades eram muito mais numerosos do que de fato eram. O movimento foi considerado vitorioso porque a categoria teve suas reivindicações atendidas sem o desconto dos dias parados.

Nas suas palavras, foi “a greve mais bonita” que fez na vida. Mas sua atuação em mobilizações deste tipo contribuiu para a imagem que a companhia carbonífera fez dele, de “um comunista”, utilizada também para justificar a sua prisão logo após o golpe de 1964. Com o aprendizado obtido em sua experiência cotidiana e nas orientações do partido, Gerino ingressou na Justiça com diversas causas coletivas e individuais nas quais reivindicava direitos.

Neste período, a sua condição de operário analfabeto já havia sido suplantada pelo conhecimento prático que ia obtendo e pelo que considerava ser a sua coragem, habilidade e ousadia para enfrentar patrões e chefias. Ele me contava que sempre teve “um jeito expressivo para certas coisas”. Na mina da Copelmi em Butiá, ele assumiu a função de furador e depois passou a patrão de galeria, totalizando os 16 anos e meio de trabalho no subsolo. Recordava-se que, depois de entrar na “gaiola” para descer ao poço, era preciso andar cerca de dois quilômetros até a frente de trabalho, “carregado com ferramenta, com pólvora, com dinamite, um explosivo perigosíssimo”.

Em seus anos de trabalho, contraiu pneumoconiose – a doença pulmonar decorrente da inalação de poeiras minerais e orgânicas na mina. Mediante uma ação na Justiça por acidente do trabalho, movida em julho de 1971, obteve o reconhecimento da doença, como indicava o processo a que tive acesso nos arquivos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em Butiá. Entre seus companheiros de trabalho, muitos sofriam deste mal que, aos poucos, ia minando suas forças, por vezes fazendo-os lamentar o próprio ingresso no ofício. A doença não tem cura e os sintomas – tais como extremo cansaço, tosse, dificuldades para respirar e dores nas pernas – agravam-se com o tempo.

O mineiro aproximou-se do PCB por intermédio de um amigo ferroviário, Procópio Farinha, que já era sindicalista e militante entre o final dos anos 1950 e começo dos anos 1960. As reuniões, com cerca de oito a dez companheiros, eram feitas geralmente à noite, na casa de Procópio.

Se meu nome fosse aparecer como comunista, que eles [Cadem/Copelmi] desconfiassem que eu era comunista, eu não tava aqui. Eu tenho certeza que eu não tava aqui. Eles tinham mandado me consumir. Que logo que eu cheguei nesta mina, por qualquer coisinha que eles não se agradavam do cara, eles mandavam... A polícia tudo era mandado por eles, tudo era mandado por eles. [A polícia] fazia o que a companhia mandava. Então, agarravam e consumiam com o cara, mandavam consumir e eles consumiam.

De tempos em tempos, Gerino participava de atividades do PCB em Porto Alegre, nas quais estavam presentes “delegados” de diferentes segmentos profissionais. Ao representar as minas de Butiá, era questionado pelos companheiros sobre a forma de extração do carvão, a rotina da produção e as relações de trabalho. “E aí a gente trazia as cargas, como se dizia, que é como que tinha que funcionar, pelo que nós tínhamos que lutar”. Essas orientações o ajudavam na condução de mobilizações da categoria. Como o partido estava na clandestinidade neste período eram adotadas precauções para que os militantes não identificassem o local das reuniões.

Quando mencionou as “cargas” que recebia dos líderes partidários, perguntei-lhe se tinha guardado algum documento daquele período. Contou-me então que “não teve estudo” e que “nunca tinha ido ao colégio”, explicando que havia passado a infância numa área rural que ficava longe da escola. Seu pai, agricultor, exigia que os filhos se dedicassem somente ao trabalho, considerando que “o estudo não fazia falta”.

Gerino me contava isso com tristeza, afirmando que a vida lhe mostrou o contrário: não ter estudado lhe fazia “muita falta”. Tentou aprender a ler e a escrever depois de adulto, mas não conseguiu perseverar. Nos primeiros tempos na mina, lamentava sua condição de analfabeto:

Nos primeiros anos eu me sentia mal, achava que era inferior às outras pessoas por não saber ler e escrever, que eu era inferior às outras pessoas. Então, isso tudo eu tive comigo. Depois é que fui perdendo aquele complexo, que as coisas não eram assim. E eu fui sempre muito destacado assim, pra saber as coisas que eu não sabia, as coisas que me interessavam. Os companheiros foram me dando coragem. “Não, companheiro, não. Não é assim como tu tá pensando. Tu não tem leitura, não tem estudo, mas é uma pessoa muito inteligente e compreende bem as coisas. Mesmo assim, tem condições de ser muito mais, muitas vezes mais do que outros que têm estudo”. E aí eu cheguei à conclusão de que eu alcancei isso aí.

Foi o engajamento político e a atuação nas mobilizações da categoria que lhe forneceram esse sentimento de dignidade. Por outro lado, acreditava ter sido a sua participação nas greves que levou a empresa a desconfiar que ele era comunista. Contava ter “sentido o cutuco” de que a companhia queria “consumir com ele”. Essas desconfianças tinham surgido por causa do seu “jeito”, de seu “sistema ou maneira de atuar”, da coragem para enfrentar os patrões.

Então eles achavam... eles conhecem, eles cuidam, sabem como é. Só quem tem essa qualidade, na maioria, não desfazendo de todos, não desfazendo da minha própria classe, mas quem tem essa maior liberdade, essa coragem, são os comunistas. Os comunistas! Então, eles acharam que eu era

comunista como de fato eu era. Só que eu não era fichado em partido nenhum, eu não podia. Mas certo é que me custou uma cadeia mesmo assim.

Frequentemente, orientava companheiros de trabalho sobre como se defender das perseguições de chefias. Depois do golpe de 1964, sentiu o cerco se fechar. “Eles [a polícia] começaram a fazer prisão em tudo que era lugar, por tudo quanto era recanto”, contou. Sabia que havia companheiros de trabalho que, para fazerem “mídia” com as chefias, delatavam os militantes.

E eles iam pegando aqueles veteranos, aqueles mais... Eles iam pegando. E aonde chegou a minha vez. Aqui nós fomos [presos] em sete companheiros. Aí chegou a minha vez! Eu sabia que ia chegar. Porque naqueles levantes que o Brizola deu, eu cheguei a botar meu nome como voluntário por duas vezes. Isso aí eu botei. Então, era assim, eu não era costa curta.

Nessa passagem, Gerino referia-se aos Grupos dos Onze, cuja criação foi inspirada por Leonel Brizola. Entre os sete encarcerados pelo regime naquela ocasião, em Butiá, estavam outros quatro mineiros, um ferroviário (Procópio Farinha que Gerino chama de “compadre”) e um bancário.⁹

Ele se recordava nitidamente do dia 21 de abril de 1964, quando a polícia chegou à sua casa. Devido ao feriado, descansava depois de um almoço em família. Havia recebido a visita do pai, da mãe “de criação” e do irmão. Haviam almoçado uma “galinhada com arroz” e tomado cervejas e refrigerantes. Foi quando Gerino falou do risco de ser preso: “Olha, quero dizer uma coisa pra vocês: se prenderem alguém aqui no Butiá, eu também vou ser preso, também vou”. Preocupado, o pai indagou: “Mas como tu sabe disso, meu filho?”

“Vocês não dão por surpresa... E tem uma coisa: eu tenho um bom ordenado na mina, eu não devo nada pra ninguém e tem esses dois porcos gordos aí que estão prontos pra matar”, digo, “e se eu tirar lá [na prisão] uns três meses, não precisa se preocupar com conta minha, não precisa ficar devendo nada pra ninguém”. E aí o velho [o pai] ficou muito aborrecido. Sei que eu terminei de dizer aquilo, bateram lá na frente. Estava um dia enjoado assim, meio friozinho, um vento antipático. Eu vivia com uma companheira. Ela foi lá e olhou. Eu ouvi quando [alguém] perguntou assim: “O dono da casa tá aí?” Ela disse: “Tá”. “Chama ele aqui que nós queremos falar com ele”. Eu disse: “É a polícia! É a minha vez agora. É a minha vez”.

Quando Gerino apresentou-se, viu dois homens armados com revólveres. Perguntou do que se tratava: por acaso ele havia roubado? Matado alguém? Afinal, que perseguição era aquela? Continuou falando: por que estavam com as mãos nos revólveres? Achavam que ele iria “disparar”? Diante do silêncio, avisava que “nunca havia disparado de nada”, exibindo a sua valentia diante da abordagem sinistra. Então, um policial falou: “Não, não, calma, que o teu caso é outro. Nós estamos aqui porque tu tá enquadrado em ato subversivo. Nós queremos fazer uma revista na tua casa”. Gerino retrucou: “Eu

9 Os nomes que ele recordava eram: Procópio Farinha (ferroviário), Zequinha (mineiro), Anolino Viana (mineiro), Custódio Martins (bancário) e o “castelhano” Adão Cecílio.

vou destacando que o que eu tenho é meu, e muito bem havido. Não tenho nada de mal havido, tudo meu é pago e não devo nada pra ninguém!”

Então, os policiais perguntaram se ele tinha uma arma em casa. A resposta: “Eu não tenho. Vocês deixam onde tão as armas e vêm procurar em casa de operário que trabalha... que trabalha de noite pra comer de dia?!” E continuou: “O que eu sei é que os destacamentos estão nas mãos dos fazendeiros”.

Os policiais começaram a revistar o guarda-roupas, sob os protestos dele e da mulher. Numa das portas, dentro de uma pasta, Gerino havia escondido o revólver carregado e uma caixa de balas. Achava que, como havia negado, ia ser pego numa mentira e até havia pensado numa explicação: “Eu tinha [esse revólver], era meu, mas não é mais meu, tô com ele vendido em troca de bóia pros bichos, comida pros meus bichos”. Atrapalhados pelos protestos dele e da mulher, os policiais não viram a pasta.

Enquanto saíam para o quintal, o mineiro pediu para o irmão enrolar a arma e enterrá-la. Nessa revista, os policiais encontraram um pequeno livro contendo um discurso de Prestes. Perguntaram: “É comunista?” Respondeu: “Não sou comunista”. “E como o senhor tem esse livro?” Gerino alegou que o filho tinha ido para a escola e alguém que ele não conhecia havia lhe mandado. Como não conhecesse a pessoa, guardou aquilo. Acreditava que estava se saindo bem nas respostas, mas o policial lhe disse: “É, vai ter a bondade de nos acompanhar” Deram-lhe alguns minutos para que trocasse de roupa.

Recordava-se que, quando desciam as escadas da casa, um dos policiais lhe disse, com riso sarcástico: “Estou gostando do chinesinho!” Chamavam-no de “comunista” por referência à China de Mao Tse-Tung. Passou-lhe pela cabeça que se reagisse à provocação seria morto. Decidiu manter o sangue-frio: “Enquanto não me cuspirem no rosto e não me trazerem o nome da finada minha mãe... vai indo”, pensou. Viu que os carros que participavam da operação estavam ligados à companhia: um deles era usado pela empresa para transportar vítimas de acidentes; o outro pertencia a um dos chefes da mina.

Levado a Porto Alegre, passou 38 dias detido com outros 480 presos políticos no espaço de uma instituição para menores infratores que lhes servia de cárcere. Entre os prisioneiros, havia algumas mulheres. Ali, os militantes driblavam a vigilância para discutir questões políticas e compartilhar notícias sobre possibilidades de libertação. Em alguns momentos do dia, eram levados para interrogatório. Das questões que lhe foram feitas, recordava-se especialmente de duas: A que organização ele pertencia? Por que era contrário à companhia? À segunda questão, respondia que “não era contrário”, pois seus patrões “tinham lhe dado trabalho”, mas “não aceitava trabalhar e ser ludibriado no ordenado”.

Como o grupo da sua cidade tivesse sido liberado depois de alguns dias, espalhou-se a notícia de que não haveria ninguém mais a libertar, embora Gerino ainda permanecesse preso. Seu irmão e sua companheira se mobilizaram pela sua libertação. Mas ele acreditava que “iriam consumir com ele”. Quando foi solto, voltou a trabalhar na companhia. Notava, porém, que estava sendo vigiado. Tinha menos liberdade para discutir com os capatazes e sentia-se perseguido.

Nunca tive essa derrota comigo de me arrepender do que eu fazia. Nunca, nunca tive isso aí. Mas eu sentia assim... aqueles outros operários que eram pelegos, puxa-sacos, esses eles tratavam de outra maneira. E a gente não era igual aqueles pra eles, pra companhia.

Ele continuou a participar das mobilizações dos mineiros mesmo após a aposentadoria. Em 2006, pouco antes das nossas entrevistas, o ex-mineiro recebeu o reconhecimento oficial de sua condição de preso político pela Comissão Nacional da Anistia, do Ministério da Justiça, recebendo uma indenização do Estado brasileiro.¹⁰ Já lutava contra um câncer, que acabou por vitimá-lo anos mais tarde.

Considerações finais

A revisita a dados obtidos em diferentes pesquisas de campo, para a elaboração do presente artigo, procurou revelar a importância do estudo das memórias e das biografias em duas dimensões. A primeira no que essas narrativas representam de testemunho documental sobre um doloroso período da história brasileira, aportando informações e perspectivas possivelmente menos conhecidas. A segunda, com a retomada e a atualização de uma reflexão epistemológica e metodológica sobre o processo de reconstrução dessas memórias pelos narradores e por mim mesma, como pesquisadora, ao participar ativamente desta empreitada, ora provocando o relato, ora sendo “afetada” (no sentido que Favret-Saada, 2005, confere ao termo) e assim, como na reciprocidade que envolve o “pacto autobiográfico” (Lejeune, 2004, 2008), levando adiante as histórias que me foram confiadas.

Devo mencionar que, na última década e meia, o estudo das memórias, das biografias e das narrativas converteu-se num elemento essencial da minha própria trajetória acadêmica, estimulando as orientações de pesquisa na graduação e na pós-graduação, tornando-se temática de diferentes cursos ministrados e eixo central da articulação de grupos de estudos e de redes de pesquisa em diferentes instituições, no Brasil e no exterior.

O encontro com esses três interlocutores marcou de forma indelével minha própria compreensão sobre a complexidade do processo de reconstrução das memórias, dessas “memórias subterrâneas”, para usar a expressão adotada por Pollak (1989), permeado por riscos, silêncios e ousadias. Para além da riqueza das trajetórias, esses relatos revelam uma impressionante intensidade expressiva (no sentido de Bourdieu, 1997). Refletindo sobre sua trajetória, o próprio Gerino Lucas chegou a dizer numa das entrevistas: “Sempre tive um jeito expressivo para certas coisas”. Nas condições tecidas pela dureza das suas condições de vida e de trabalho, esses sindicalistas foram sendo forjados pela coragem, pelo carisma e pela habilidade política para mobilizarem os trabalhadores e para fazerem frente à violenta repressão do regime militar. Mas há que se notar a criatividade e a expressividade que figuram em seus percursos e em relatos, especialmente quando encontram ações, gestos e palavras para atravessar e narrar o inominável.

No caso do líder mineiro Gerino, especificamente, é possível compreender as condições objetivas e subjetivas pelas quais ele consegue suplantear a condição de operário analfabeto ao se tornar um líder de sua categoria. Em sua trajetória, a prisão, ocorrida durante o regime militar, inscreve-se no interior de um conjunto de intimidações e repressões cotidianas operadas pela companhia carbonífera, em

10 Gerino Lucas foi indenizado pelo Estado do Rio Grande do Sul nos termos da Lei n.º 11.042/97, completada pela Lei n.º 11.815/02. Em 12 de abril de 2006, a Comissão Nacional da Anistia, do Ministério da Justiça, também deferiu o requerimento de número 2003.01.25664, apresentado por ele, havendo igualmente o reconhecimento da União.

muito similar à relação a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais e seus líderes, na região nordeste do país.

Por sua vez, as trajetórias dos líderes camponeses Vicente Pompeu da Silva e de Marcos Martins da Silva traduzem vivamente o que foi a perseguição aos trabalhadores rurais numa das regiões que registrou a repressão mais perversa durante o regime militar. Os relatos evidenciam como a própria defesa dos direitos dos camponeses, após o golpe militar, passou a figurar como “subversão”. A partir disso, a repressão mais brutal encampada pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais se voltou contra os trabalhadores do campo e seus líderes.

Como se sabe, a organização dos camponeses em diferentes regiões contou com a atuação de Gregório Bezerra, ex-sargento do Exército e deputado federal constituinte em 1946. Ele mesmo um camponês nascido no Agreste pernambucano – órfão de pai e de mãe aos sete anos, alfabetizado já adulto –, que sofreu na pele a miséria dos lavradores e as violências dos latifundiários. A mesma coragem e disciplina com que mobilizou trabalhadores rurais em Pernambuco, Goiás, São Paulo e no Paraná parecem ter sustentado sua dignidade diante das torturas em 23 anos de cárcere. No dia 2 de abril de 1964, uma cena terrível foi televisionada: Gregório, aos 64 anos, foi obrigado a desfilar pelas ruas de Recife com três cordas amarradas no pescoço, puxado por um jipe, enquanto era espancado por militares, sob o comando do coronel Darci Villocq. Diante do povo estarrecido, ele foi conduzido “como um moderno condenado medieval”, como escreveu o jornalista Flávio Tavares (2012), um de seus companheiros de desterro.

Essas cenas ainda assombravam a memória do filho, Jurandir Bezerra, então com 83 anos, quando o conheci no Recife (PE), em setembro de 2010. Ele contou que, na época, sua mãe ficou em “estado de choque” ao ver as cenas de Gregório sendo ultrajado e golpeado com uma barra de ferro, depois que já carregava no corpo as marcas de bárbaras torturas. O belo poema escrito por Ferreira Gullar, *Memória de um valente*, dedicado a Gregório Bezerra, na campanha por sua libertação, em 1964, bem que poderia ser estendido a outros líderes da classe trabalhadora, como Marcos, Pompeu e Gerino:

Mas existe nesta terra muito homem de valor
que é bravo sem matar gente, mas não teme matador
que gosta de sua gente e que luta a seu favor
como Gregório Bezerra, feito de ferro e de flor.

Marta Cioccarri é Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

FINANCIAMENTO

Bolsa CNPq de doutorado (2005-2010)

Bolsa Prodoc Capes (2010-2014)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus interlocutores de pesquisa, por sua generosidade e acolhida, nos diferentes contextos; e aos pareceristas e revisores da revista Campos, pelas preciosas contribuições.

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (1993). *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Unesp/Hucitec.
- Becker, H.S. (1993). A história de vida e o mosaico científico. In *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Hucitec.
- Bensa, A. (1998). Da micro-história a uma antropologia crítica. In Revel, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. FGV.
- Bertaux, D. (1999). El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. Propositiones. 29. https://bibliotecadigital.uchile.cl/discovery/fulldisplay/alma991001591039703936/56UDC_INST:56UDC_INST
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Paulus/ Ed. UFRN.
- Bezerra, G. (1979). *Memórias*. Primeira parte: 1900- 1945; Segunda parte: 1946-1969. Ed. Civilização Brasileira.
- Bezerra, G. (2011). *Memórias*. Boitempo.
- Bourdieu, P. (coord.) (1997). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Bourdieu, P. (1986), L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62 (1), 69-72. https://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1986_num_6
- Burke, P. (1989). *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. Companhia das Letras.
- Burnett, J., Vincent, D. & Mayall, D. (1984) *The autobiography of the working class: an annotated critical bibliography*. The Harvester Press.
- Caldeira, T. P. R. (2023). Uma incursão pelo lado “não respeitável” da pesquisa de campo. *Saúde e Sociedade*, 32 (4), 1-14. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230423pt>
- Campanha Nacional pela Reforma Agrária. (1985). *Violência no campo*. Vozes/IBASE.
- Capelato, M.H. R. (2008). Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória. In Montenegro, A. T. et al. (Orgs.). *História: cultura e sentimento. Outras histórias do Brasil*. Ed. UFMT e Ed. Universitária UFPE.
- Carneiro, A. & Ciocari, M. (2011). *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA.

- Carriço, A. & Ciocari, M. (2019). Presentación al numero 5 *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, 5 (1), 1-12. <https://ojs.ceil-conicet.gov.ar/index.php/lat/issue/view/21>
- Chevalier, Y. (1979). La biographie et son usage en sociologie. *Revue française de science politique*, 29 (1), 83-101. https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1979_num_29_1_418582
- Ciocari, M. (2004). *Ecoss do subterrâneo: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Ciocari, M. (2010). *Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão* [Tese de Doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Ciocari, M. & Della Torre, D. (2013), Palavras em revezamento, sentidos compartilhados (Prefácio). In Barros, F. B. S. *Japuara, um relato das entranhas do conflito* (pp. 13-18). Vol. 2 da Coleção ‘Camponeses e o Regime Militar’. MDA.
- Ciocari, M. (2017). Memórias da repressão no campo: o conflito de Japuara e o regime militar no Brasil. In Galafassi, G.; Puricelli, S. (Comps.). *Perspectivas críticas sobre la conflictividad social*. Extramuros Ediciones.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (1981). *As lutas camponesas no Brasil*. Marco Zero.
- Cyrulnik, B. (2009). *Autobiografia de um espantalho. Histórias de resiliência: o retorno à vida*. Martins Fontes.
- Devereux, G. (1980). *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Aubier.
- Da Matta, R. (1980). *Carnavais, Malandros e Heróis*. Zahar.
- Dreyfus, Michel, Penetier, C. & Viet-Depaule, N. (Orgs.). (1966). *La part des militants: biographie et mouvement ouvrier*. Les Éditions de l'Atelier.
- Eckert, C. (1998). Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 19 (1-2), 21-44.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo* (USP), 13, 155-161.
- Ferreira, M. & Amado, J. (Orgs.). (1998). *Usos e abusos da história oral*. FGV.
- Ginzburg, C. (1987). *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Companhia das Letras.
- Guérios, P. R. (2011). O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos*, 12 (1), 9-29. <https://doi.org/10.5380/cam.v12i1.28562>
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Vértice.

- Hoggart, R. (1973). *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Editorial Presença.
- Julião, F. (1962). *Que são as Ligas camponesas?* Ed. Civilização Brasileira.
- Koury, M. (2010). *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos].
- Lejeune, P. (2004). El pacto autobiográfico 25 años después. In Fernández, C. & Hermosilla, M.A. (Eds.). *Autobiografía en España: un balance* (pp. 159-172). Visor Libros.
- Lejeune, P. (2008). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Ed. da UFMG.
- Leite Lopes, J.S. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Ed. Marco Zero e Ed. Universidade de Brasília.
- Leite Lopes, J. S. & Alvim, R. (1999). Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. *Estudos Avançados*, 13 (37), 105-124. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000300006>
- Leite Lopes, J.S. (2016). *Memória e transformação social*. Casa 8.
- Leite Lopes, J.S. & Ciocari, M. (Orgs.). (2013). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. Mauad/Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
- Levi, G. (2000). *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Civilização Brasileira.
- Lewis, O. (1959). *Antropología de la pobreza: cinco familias*. Fondo de Cultura Económica.
- Lewis, O. (1961). *Los hijos de Sánchez: Autobiografía de una familia mexicana*. Fondo de Cultura Económica.
- Madeira, R. (2004). Gênese sindical sob a marca da repressão. *O Povo*. Fortaleza, Ceará. 20/04/2004, p. 4.
- Malva, C. (1978). *Ma nuit au jour le jour*. Maspero.
- Malva, C. (1985). *La nuit dans les yeux*. Éditions Labor/Fernand Nathan.
- Montenegro, A. T. (1992). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Contexto.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1987). *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. Global Editora.
- Mintz, S. (1960). *Worker in the cane. A Puerto Rican life history*. Yale University Press.
- Mintz, S. (1984). Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 27 (1), 45-58. <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=274>

- Nash, J. & Rojas, J. (1976). *He agotado mi vida en la mina: Autobiografía de un minero boliviano*. Nueva Visión.
- Nash, J. (2008). *Comemos a las minas y las minas nos comen a nosotros. Dependencia y explotación en las minas de estaño bolivianas*. Antropofagia.
- Navel, G. (2004). *Travaux*. Gallimard.
- Oliveira, P. de (Org.). (2009). *Vozes silenciadas*. Imprensa Universitária.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3), 3-15. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>
- Santos, M. C. (2010). *Chão da minha utopia*. Ed. UFMG.
- Sarti, C. (2011). A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, 24 (61), jan/abr., 51-61. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100004>
- Sayad, A. (1998). *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Edusp.
- Schmidt, B. B. (2000). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Edunisc.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2007). *Livro-relatório Direito à Memória e à Verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
- Sironi, F. (1999). *Borreaux et victimes: psychologie de la torture*. Ed. Odile Jacob.
- Tavares, F. (2012). *Memórias do esquecimento*. LP&M.

ENTREVISTAS E RELATOS

- LUCAS, Gerino. Entrevistas concedidas à autora, em Butiá (RS), em 2006 e 2007.
- SILVA, Marcos Martins da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa de Pernambuco, realizado em Carpina, 2005. DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.
- SILVA, Marcos Martins da. Entrevista à autora concedida no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Goiás, outubro/ 2010.
- SILVA, Vicente Pompeu da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Ceará, realizado em Fortaleza, em 2007, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.
- SILVA, Vicente Pompeu da. Entrevista concedida à autora no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Fortaleza (CE), setembro/ 2010.

VICISSITUDES DA MEMÓRIA: RELATOS, BIOGRAFIAS E TESTEMUNHOS DOS TRABALHADORES NO REGIME MILITAR NO BRASIL

Resumo: Neste artigo, revisito meus próprios estudos etnográficos sobre a questão da memória e da biografia das classes trabalhadoras urbanas e rurais, em diferentes contextos em que pesquisei, entre trabalhadores em minas de carvão e camponeses perseguidos no regime militar no Brasil. Neste trajeto de pesquisa, sob o viés analítico das narrativas de vida, de relatos biográficos, das história de vida e de estudo de trajetórias, procuro desvendar diferentes significados suscitados nestas distintas investigações envolvendo memórias da repressão política no regime militar no Brasil: entre camponeses do Nordeste brasileiro e entre mineiros de carvão no sul do Brasil. Em ambas, realizei estudos etnográficos e entrevistas em profundidade, além de pesquisa bibliográfica e documental em arquivos públicos e privados.

Palavras-chave: memórias; biografias; relatos de vida; trabalhadores; regime militar

VICISITUDES DE LA MEMORIA: INFORMES, BIOGRAFIAS Y TESTIMONIOS DE TRABAJADORES DURANTE EL RÉGIMEN MILITAR EN BRASIL

Resumen: En este artículo, revisito mis propios estudios etnográficos sobre la cuestión de la memoria y la biografía de las clases trabajadoras urbanas y rurales, en diferentes contextos en los que investigué, entre los trabajadores de las minas de carbón y los campesinos perseguidos durante el régimen militar en Brasil. En este camino de investigación, bajo el sesgo analítico de narrativas de vida, relatos biográficos, relatos de vida y estudios de trayectoria, busco descubrir diversos significados suscitados en estas diferentes investigaciones que involucran memorias de la represión política durante el régimen militar en Brasil: entre campesinos en el Nordeste brasileño y entre mineros de carbón en el sur de Brasil. En ambos realicé estudios etnográficos y entrevistas en profundidad, así como investigaciones bibliográficas y documentales en archivos públicos y privados.

Palabras clave: recuerdos; biografías; historias de vida; trabajadores; régimen militar

VICISSITUDES OF MEMORY: REPORTS, BIOGRAPHIES AND TESTIMONIES OF WORKERS UNDER THE MILITARY REGIME IN BRASIL

Abstract: In this article, I revisit my own ethnographic studies on the issue of memory and biography of urban and rural working classes, in different contexts in which I conducted research, among coal miners and peasants persecuted under the military regime in Brazil. From the analytical perspective of life narratives, biographical accounts, life histories, and trajectory studies, I seek to unravel different meanings raised in these distinct investigations involving memories of political repression under the military regime in Brazil: among peasants in the Brazilian Northeast and among coal miners in southern Brazil. In both cases, I carried out ethnographic studies and in-depth interviews, in addition to bibliographic and documentary research in public and private archives.

Keywords: memories; biographies; life histories; workers; military regime

SUBMETIDO: 31/03/2025

APROVADO: 17/12/2025

PUBLICADO: 10/04/2026



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC